

As falhas desses acordos brasileiros, segundo um especialista.

As quatro cartas de intenções que o Brasil já enviou ao Fundo Monetário Internacional mostram os sinais de esgotamento do programa de ajustamento da economia brasileira e apresentam preocupantes elementos de farsa, na opinião do professor da PUC-Rio, André Lara Resende, que propõe uma renegociação da dívida externa a mais longo prazo e em condições políticas, e não de mercado, "caso contrário, o País caminhará para uma crise de graves proporções".

Segundo o professor da PUC, o FMI tem um programa muito ortodoxo e padronizado de ajuste para países com problemas de balanço de pagamento, que é aplicado indiscriminadamente a qualquer país. Esse processo envolve políticas monetárias e fiscais extremamente restritivas, que provocam uma contração da demanda interna e, pela recessão doméstica, viabilizam o superávit comercial.

O que Lara Resende questiona é se esse programa de ajuste para se obter sucessivos superávits é compatível com os custos políticos e sociais, pois ela acarreta uma recessão dramática. No caso do Brasil, o superávit de US\$ 6,5 bilhões deverá provocar, este ano, uma queda do produto industrial da ordem de 10%, no terceiro ano consecutivo de recessão.

Para o professor da PUC, o dramático da atual situação econômica é que, apesar do superávit, o Brasil vai terminar o ano de 1983 rigorosamente tão estrangulado, em termos cambiais, quanto terminou o ano de 1982. O Brasil não modificou absolutamente uma vírgula de seu problema cambial, apesar do terceiro ano de recessão.

Para André Lara Resende, superávits comerciais são condição necessária, mas não suficiente, para solucionar o problema do endividamento brasileiro. Em sua opinião, qualquer projeção que se faça sobre o problema do balanço de pagamento do Brasil e do grau de endividamento externo que atinge a US\$ 100 bilhões no final de 83 pagando taxas de juros médias de 12%, ao ano, não apresentará a mínima condição de alívio para o Brasil.

Nesse sentido, alerta que o País vai continuar a gerar superávits comerciais importantíssimos, como o que está previsto para o ano que vem de US\$ 9 bilhões, o que desde já garante que vamos ter o quarto ano de recessão dramática e, mais uma vez, esse esforço será insuficiente para pagar um déficit pouco superior a US\$ 4 bilhões nos chamados serviços, ou invisíveis, e juros, sendo que não conseguiremos pagar nem a metade dos juros. Também no próximo ano teremos de obter novo empréstimo dos bancos para chegar a uma situação muito parecida com a de hoje.

No caso particular do Brasil, argumenta o professor da PUC que o problema não será resolvido mesmo que o País gere sucessivos superávits, a menos que esse superávit fosse gigantesco, o que exigiria uma recessão ao longo de toda a década — o que, a seu ver, é absolutamente insustentável e obrigaria o Brasil a se tornar um exportador líquido de capitais, o que é impossível no atual estágio de desenvolvimento do País.

O segundo engano

O segundo ponto de equívoco dos programas do FMI, para Lara Resende, é que eles são feitos para serem implantados quando um país se apresenta em desequilíbrio, num mundo em progresso e com os demais países em equilíbrio. O que temos hoje é a conjunção de uma recessão mais ou menos mundial, com a economia norte-americana se recuperando, mas não chegando a puxar as demais economias industrializadas. Ao lado, temos grande número de países com problemas de balanço de pagamentos e de endividamento externo.

Assim, mostra Lara Resende que o programa do FMI não funciona na prática, porque, aplicado simultaneamente para vários países, todos têm de contrair suas economias. Ocorre, então, o que chama de "falácia da composição": po se todos comprimem suas importações, ninguém consegue superávits expressivos. Este ano, os Estados Unidos estão tendo um déficit comercial recorde em sua história, da ordem de US\$ 80 bilhões. Mas é uma situação de desequilíbrio que está gerando críticas e não pode ser sustentada a longo prazo, pois acabará afetando o dólar. Na Europa, continua inalterada a onda de protecionismo, em particular no Mercado Comum Europeu, onde apenas as ex-colônias africanas conseguem penetrar com certos privilégios. Fica, então, quase impossível gerar superávits expressivos para solucionar o problema.

Destaca Lara Resende que o fracasso do programa do FMI é visível principalmente pela taxa da inflação, que reflete as exigências de ajustamento econômico mais rápido e dramático do que a economia brasileira pode suportar. Este ano, a inflação se acelerou devido à maxidesvalorização e pelo aumento de preços dos produtos agrícolas. Ambas as medidas têm que ver com a tentativa de gerar superávits comerciais.

O aumento dos preços agrícolas deve-se à exportação dos estoques reguladores para obter resultados na balança comercial, reduzindo a oferta doméstica de alimentos, o que levou a uma substancial alta de preços. É evidente, assinala o professor da PUC, que a alta de preços reflete a retirada de subsídios da economia brasileira, como trigo, derivados de petróleo e outros produtos, com a finalidade de reduzir o consumo interno e gerar mais superávit. Essa necessidade de ajuste está demonstrando que as tensões que estão sendo geradas na economia são insuportáveis.



André Lara Resende

A seu ver, a quarta Carta de Intenções vai gerar novos problemas, suas metas não serão cumpridas e irá exigir uma quinta Carta de Intenções. A preocupação de Lara Resende é de se prolongar demais essa farsa sem que o próprio FMI se desmoralize pois esse último empréstimo jumbo já foi problemático de ser conseguido.

Dos 800 bancos credores, apenas uns 350 tinham se comprometido com novos empréstimos, o que significa que

mais da metade resolveu não participar, em particular os bancos menores e alguns europeus que ficaram de fora, exigindo, assim, que os que ficaram arcassem com uma parcela muito maior.

Um jogo

Para o professor da PUC, esse empréstimo é um mero jogo contábil, uma decisão de final de ano em que os bancos procuram transformar os atrasados comerciais do Brasil em um novo empréstimo. Essa espécie de farsa, um grande número de bancos já não está mais disposto a fazer. Grande número de bancos que têm empréstimos em valores menores com o Brasil e que fizeram uma provisão para créditos duvidosos preferem assumir o fato de que o Brasil não está pagando e admitem uma solução mais racional e viável a longo prazo. Os norte-americanos, com maior posição de empréstimos junto ao Brasil e preocupados em não serem obrigados a passar esses créditos para o que eles chamam de non-performing-loans ou créditos em liquidação como manda a legislação americana, preferem continuar nesse faz-de-conta de emprestar, mesmo demonstrando que isso não significa nenhum alívio para o ano que vem.

Entende Lara Resende que o problema vai reaparecer no primeiro semestre do próximo ano. Se para os bancos existe ainda alguma racionalidade, como a de fechar seus balanços de fim de ano, para o Brasil não tem o menor sentido fazer a política monetária mais apertada possível, continuar nesse ajustamento, e na recessão para no final do próximo ano pedir novamente uma espécie de perdão e um novo empréstimo para financiar a parcela de juros que não conseguimos pagar.

Como é evidente para Lara Resende que não irá partir dos bancos uma solução a longo prazo, mesmo porque eles não têm unidade e grau de consenso para tal, essa proposta teria de partir do Brasil, mas o atual governo, ao que tudo indica, não mostra nenhuma intenção de fazer isso, o que é "extremamente lastimável". Acha que uma nova proposta de renegociação da dívida tem de acabar com a idéia de pagar taxas de risco. Todos os empréstimos agora estão sendo compulsórios. São simplesmente artifícios contábeis para fechar as contas do Brasil e dos bancos.

Essa proposta não seria a do tipo salvadora, seria apenas um ponto de partida para um ajustamento com perspectivas de saída para a crise atual. Acredita o professor da PUC que mesmo que fosse aprovada uma proposta, por exemplo, de mais dez anos de amortizações e cinco de carência para a dívida externa, a juros de 6% ao ano, ou de 2% de juros reais e o resto indexado, como tem sido sugerido por banqueiros estrangeiros, analistas e acadêmicos, mesmo assim o Brasil teria um ano de recessão para recompor suas reservas cambiais e para começar a ter o mínimo de condições para pensar num programa de investimentos a mais longo prazo e de recuperação moderada, respeitando certas limitações do balanço de pagamentos que continuam presentes.

O necessário

Para que uma proposta dessa natureza seja viável, acha Lara Resende que é necessária uma conscientização tanto interna quanto externa. Teria de ser uma proposta incisiva, clara e não uma declaração de guerra aos bancos.

— O que é desesperante no caso brasileiro é se fazer um sacrifício sem perspectivas de futuro.

Tem o professor da PUC que ela venha tarde demais, depois de se esgotar o espaço político e social do País, o que provocaria simplesmente uma suspensão de pagamentos, gerando uma crise dentro e fora do Brasil bastante grave. O otimismo dos ministros Delfim e Galvêas, em vez de ser uma atitude patriótica, a seu ver somente prejudica o País.

Segundo Lara Resende, a inflação brasileira é extremamente rígida e não baixará pelo controle monetário e pela recessão. Através de um método econométrico, em artigo publicado em 1979 e que gerou muita polêmica, demonstrou que a indexação não permitiria uma queda da inflação, o que ficou provado nos anos recentes. Mas Lara Resende não entende que a simples eliminação da indexação resolva, pois os agentes da economia adotam mecanismos de indexação privados. Para ele, a inflação está caminhando para um ritmo de 300% ao ano, a ser atingido em meados de 1984, declinando para 200% no ritmo de 12 meses a ser obtido no final do ano que vem.

Finalizando, Lara Resende diz que para se ter uma queda sensível da inflação deve ser modificada a percepção que hoje os agentes da economia têm sobre o futuro. Se os agentes percebessem que o estrangulamento cambial está menos dramático, que conseguimos uma solução para o problema do balanço de pagamentos, com uma estratégia viável a longo prazo, os horizontes das empresas e dos indivíduos aumentariam. Hoje esse horizonte não ultrapassa um trimestre. Criar-se-ia, então, um clima favorável de expectativas para a queda da inflação.